

PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS NÍVEIS GRAMATICAIS MAIS ALTOS

Raquel Meister Ko. Freitag
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Neste texto, são discutidos problemas teórico-metodológicos relacionados ao estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos e as implicações decorrentes da ampliação do escopo de análise para além da fonologia.

PALAVRAS-CHAVE: sociolinguística – níveis de análise – equivalência semântica – interface teórica

1. Introdução

O passado imperfeito é um valor semântico-discursivo que se caracteriza por expressar uma situação que apresenta as seguintes propriedades: é anterior ao momento da enunciação; é concomitante a outra situação que se torna seu ponto de referência; e apresenta-se como em andamento em relação ao ponto de referência. No português, duas formas podem expressar esta função.

(1) Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu *estava querendo*, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, *trabalhava* no setor de transporte de malote. (SC FLP MAP 02)

Em (1), *estava querendo*, forma perifrástica constituída por *estar*_{IMP} + *Vndo* (PPROG), e *trabalhava*, pretérito imperfeito do indicativo (IMP), são situações passadas que são apresentadas como em curso, função semântico-discursiva do passado imperfeito (FREITAG,

2007). Aparentemente, as formas podem ser intercambiadas sem que haja mudança no valor de uso, como em (2).

(2) Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu *queria*, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, *estava trabalhando* no setor de transporte de malote.

Que motivos haveria para as formas IMP e PPROG se alternarem na expressão da função semântico-discursiva de passado imperfectivo? Pode-se pensar em enquadrar o fenômeno sob a ótica variacionista? À primeira vista, discutir a pertinência de análises variacionistas nos níveis mais altos da estrutura gramatical pode parecer um retrocesso na construção do modelo teórico da sociolinguística. A partir dos estudos de apagamento de verbo cópula no *African American English*, calorosos debates foram travados nas décadas de 1970 e 1980, com contribuições de Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978), Labov (1978), Romaine (1981), entre outros. A questão, no entanto, não está encerrada; estudos como os de Milroy e Gordon (2003) e de Cheshire, Kerswill e Williams (2005) retomam o debate. A análise da variação nos níveis gramaticais mais altos é bastante produtiva no âmbito da pesquisa sociolinguística no Brasil. O estudo da variação entre IMP e PPROG fomenta algumas reflexões acerca do modelo teórico. Neste texto, são discutidas questões relacionadas ao nível de análise em que se enquadra a expressão do passado imperfectivo no português e, como decorrência teórica, como lidar com os problemas teórico-metodológicos decorrentes da ampliação do escopo de análise para além da fonologia.

2. Níveis de análise da variação

Para o estudo da variação entre IMP e PPROG, é necessário, primeiramente, delimitar o escopo da análise, quais os limites da variação. Definitivamente, a variação entre IMP e PPROG não se dá no plano da fonologia. A possibilidade de variação para além da fonologia, entretanto, não é aparentemente consensual para todos os estudiosos da área. Assim como na fonologia, nos níveis gramaticais mais altos uma variável linguística costuma ser definida classicamente como “os diferentes meios de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto” (LABOV, 1972, p. 164). Ampliando o escopo da definição de variável para além da fonologia, faz-se necessária uma teoria de gramática ampla, que envolva os componentes fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e discursivo. As fronteiras não são discretas, e, em muitos

casos, há sobreposição, originando um novo nível, como o morfossintático ou o semântico-discursivo.

Milroy e Gordon (2003, p. 169-179) enumeram alguns dos principais problemas encontrados no estudo de fenômenos de variação para além da fonologia: nem sempre é claro como o conceito de variável sociolinguística pode ser aplicado a esses fenômenos; também nem sempre é fácil especificar que fatores atuam na determinação das variantes para uma variável linguística escolhida nesses planos; e, ainda, nem sempre é claro de que modo variantes sintáticas e discursivas podem ser consideradas como semanticamente equivalentes.

O primeiro passo no estudo da variação entre IMP e PPROG é definir qual o seu tipo: morfossintática ou semântico-discursiva. A expressão de passado imperfectivo, no português, pode ser feita por duas formas, IMP e PPROG. Aparentemente, é um caso semelhante à variação entre *was* e *were* no inglês, em que a escolha morfológica tem efeitos no paradigma da concordância verbal no tempo passado, como em (3).

(3) I got the job when I *was* younger.

I *were* broke on a Monday. (TAGLIAMONTE, 1998, p. 155)

No português, as duas variantes para a expressão do passado imperfectivo apresentam diferenças estruturais: IMP é uma forma verbal simples, com o morfema modo-temporal de pretérito imperfeito do indicativo, e PPROG é uma forma verbal constituída por verbo auxiliar *estar* flexionado com o morfema modo-temporal de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio. A escolha entre IMP e PPROG tem motivações e consequências que podem ser observadas no limite morfológico, o que licencia uma análise da expressão do passado imperfectivo por IMP e PPROG no âmbito da variação morfossintática.

Mas também existe a possibilidade de enquadrar o fenômeno em outro nível. Nos casos de variação morfossintática do inglês, as variantes estão no mesmo paradigma (*was/were* são formas do paradigma verbal do *simple past* e a concordância no *simple present* refere-se à expressão número-pessoal, mas ainda no mesmo paradigma). Com IMP e PPROG, as formas ainda não estão no mesmo paradigma, assim como não estão outros casos de alternância de formas verbais no português, como, por exemplo, a expressão da anterioridade a um ponto de referência passado, com as variantes pretérito mais-perfeito composto e pretérito perfeito (COAN, 2003). Categorias

verbais estão intimamente relacionadas à expressão de tempo, aspecto e modalidade, domínios funcionais complexos, que têm suas funções determinadas pela interação de fatores de natureza diversa: estruturais, semânticos, cognitivos e discursivos. Atuam na motivação da escolha entre as variantes não apenas a estrutura, mas também fatores discursivos e contextuais. E, neste caso, a variação está no plano discursivo. Também se enquadram como variação discursiva a variação no uso de marcadores discursivos (VALLE, 2001; ROST, 2002; GORSKI; FREITAG, 2006), evidenciais (FREITAG, 2003) quotativos (BUCHSTALLER, 2006), entre muitos tantos outros.

A definição do nível de análise de um fenômeno variável depende do enfoque dado pelo analista. Na variação entre *ter* + particípio e *estar* + gerúndio na expressão de tempo presente e aspectos durativo e iterativo, Mendes (2005), por exemplo, considera apenas fatores semântico-estruturais, tais como o aspecto verbal, o tipo semântico do verbo principal, adjuntos adverbiais, número do sujeito e dos argumentos internos. Mas poderiam ter sido considerados fatores de natureza discursivo-contextual, como o tipo da situação comunicativa, a complexidade do assunto, referência para o verbo, tipo de sequência discursiva, entre outros.

Partindo da premissa de que o analista tem a prerrogativa de definir o enfoque a ser dado ao tratamento do fenômeno, a expressão variável do passado imperfeito por IMP e PPROG pode ser situada no âmbito morfossintático e serem consideradas, além das variáveis relacionadas a este nível, também variáveis semântico-discursivas, ou pode ser também situada no âmbito semântico-discursivo, dado que a expressão da categoria TAM dá-se, em última instância, nesse nível de análise, e serem consideradas também variáveis morfossintáticas.

A escolha do âmbito da análise para a expressão do passado imperfeito recai para o âmbito *semântico-discursivo*. O fato de o fenômeno ser situado no âmbito semântico-discursivo não significa, entretanto, que fatores lexicais e morfossintáticos não sejam influentes. Independentemente do nível de análise em que o fenômeno é enquadrado, o estudo da alternância entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito precisa considerar três virtuais problemas em fenômenos de variação para além da fonologia: a frequência, a restrição contextual e a necessidade de suporte teórico. O modo como esses problemas são contornados em cada nível de análise variacionista pode

dar pistas do nível em que se situa a variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito. Mas, partindo da premissa de que indivíduos usam a língua, tanto na modalidade falada como na modalidade escrita, para uma série de propósitos e todos esses usos podem ser analisados, em última instância, situada no nível do discurso, a variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito está no nível do discurso. O estudo da variação no discurso é focado para buscar padrões de uso da língua que a caracterizem dentro de um grupo definido por uma configuração específica (MACAULAY, 2005, p. 284). O passado imperfeito tem uma configuração específica, embora não tão saliente (FREITAG, 2007; GORSKI; TAVARES; FREITAG, 2008).

3. A frequência

A mudança linguística é um processo complexo, que envolve fatores sociais, geográficos, linguísticos, cognitivos e pragmáticos. O reflexo mensurável é que o vernáculo da comunidade muda. O sistema linguístico é regido por regras categóricas, estruturais e por *regras variáveis*, inerentes a ele. As regras variáveis podem ser mais ou menos aplicadas, dependendo do ambiente linguístico e/ou social, o que define a natureza do sistema como probabilística e pressupõe o emprego de técnicas quantitativas para a observação das regularidades que o regem. Uma mudança é desencadeada em ambientes mais favorecedores, tanto do ponto de vista linguístico como social, e é disseminada para ambientes menos favorecedores. Esse percurso é gradual e manifesta-se empiricamente na distribuição das frequências de aplicação da regra em cada um dos contextos considerados. A mudança linguística é uma questão de frequência de uso, de aplicação das regras (LABOV, 1994, p. 25).

No modelo variacionista, o aumento da frequência de uso de uma variante, aliado a outras pistas, pode indicar mudança. Fenômenos variáveis semântico-discursivos e discursivo-pragmáticos são menos frequentes do que fenômenos fonológicos e morfossintáticos. No plano fonológico, o falante faz uso de um conjunto definido, limitado e previsível de elementos, que ocorrem com relativa frequência em uma amostra de fala extraída de uma entrevista sociolinguística. Já fenômenos sintáticos e discursivos não costumam ser previsíveis nem limitados, são mais propensos a inovações do falante, como estratégia estilística, e não costumam apresentar alta frequência em uma amostra de fala.

Além disso, ocorrem em contextos específicos, nem sempre pre-

vistos nos roteiros de entrevistas sociolinguísticas. Por exemplo, para codificar a expressão de situações hipotéticas no português, o falante pode utilizar o morfema modo-temporal de futuro do pretérito (-ria), o morfema de pretérito imperfeito do indicativo (-va) e ainda a forma perifrástica *ia* + infinitivo (COSTA, 1997; KARAM, 2000), e também o morfema modo-temporal do imperfeito do subjuntivo (-sse) e o do mais-que-perfeito do subjuntivo. Porém, a expressão de situações hipotéticas se dá em contextos semântico-pragmáticos específicos, como em resposta a uma pergunta sobre “o que fazer se ganhasse na loteria”, tal como em (4).

(4) Tá, ganhando na loteria, eu *ia conhecer* primeiro era o Pantanal. Ia conhecer era Pantanal e essa *seria* um dos meus sonhos é ir no Pantanal. Depois, conhecer o Rio, conhecer a Bahia, lá em cima, no Nordeste. Depois conhecer um pouquinho aqui do Brasil, né? eu *preferia*, né? *ia* para o exterior. (SC FLP FBG 10)

As entrevistas sociolinguísticas costumam ser realizadas de acordo com um roteiro pré-estabelecido, que visa diminuir os efeitos do paradoxo do observador (LABOV, 1972), e não direcionadas à pesquisa de um fenômeno de variação específico. Nem sempre um fenômeno sintático ou discursivo apresenta uma frequência significativa para subsidiar uma análise variacionista.

Ainda dentre os fenômenos morfossintáticos e discursivos, é preciso distinguir aqueles que são “obrigatórios” daqueles que são “opcionais”. Esta classificação tem a ver com o quão o fenômeno está relacionado com o nível da codificação da informação gramatical ou com o nível do léxico conceitual. Variação na ordem e na concordância, por exemplo, são fenômenos “obrigatórios”, na medida em que são a representação de regras de organização da gramática: no português, a ordenação dos constituintes da oração pode ser de dois modos: verbo-sujeito ou sujeito-verbo (NARO; VOTRE, 1989; BERLINCK, 1988), mas obrigatoriamente toda oração obedece ao critério da ordem (ou seja, tem que haver manifestação da ordem). Já os fenômenos “opcionais” são aqueles referentes às escolhas, em última instância, no léxico conceitual. É o caso das categorias verbais. O falante, para codificar a informação proposicional, faz escolhas de conceitos no léxico e que interagem com o componente gramatical, de acordo com sua intenção estilística.¹ Tome-se o caso do português; o falante dispõe de duas possibilidades para expressar uma situação passada no português: como

perfectiva (fechada, como um todo pontual) – conceito associado à forma de pretérito perfeito – ou imperfectiva (estendida, em andamento) – conceito associado à forma de pretérito imperfeito – pode optar, primariamente, por uma ou por outra. É uma escolha que vai depender da sua intenção estilística e interage na construção do discurso multiproposicional. Apenas se optar pela imperfectividade é que o falante passa a dispor de duas formas – IMP e PPROG –, o que reduz as possibilidades de ocorrência de cada uma das formas e, consequentemente, influencia a frequência global da expressão do passado imperfectivo.

A frequência não é o primeiro critério de análise da sociolinguística variacionista.² O primeiro passo para a análise é determinar uma amostra sociolinguística, que deve ser representativa de uma comunidade de fala. A extensão de uma comunidade de fala é representada pela escolha aleatória de falantes constituintes da comunidade de fala. Para Labov (2001, p. 38), uma amostra verdadeiramente representativa de uma comunidade de fala precisa tomar como base uma coleta aleatória em que cada um dos muitos falantes que a constituem tenha a mesma chance de ser selecionado. Se na amostra não há frequência o suficiente para subsidiar uma análise estatística segura, é porque o fenômeno não é bem representado (ou recorrente na amostra), requerendo coleta complementar ou apenas tratamento qualitativo. Realizar uma coleta nos moldes variacionistas direcionada a um fenômeno variável específico é relativamente mais fácil se o fenômeno for fonológico do que se for de um nível gramatical mais alto.

Para compensar a baixa frequência de dados, é possível fazer uso de amostras complementares, como a observação do pesquisador, aplicação de testes de atitude, busca em corpus eletrônico e em textos da literatura, mas esses tipos de estratégias de coleta de dados não permitem a realização de uma análise para desvendar o comportamento social da variação.

Mesmo que um fenômeno variável de um nível gramatical mais alto apresente relativa frequência em entrevistas sociolinguísticas, há que se considerar a possibilidade de concentração dos dados em poucos indivíduos da amostra, como se o uso fosse uma marca estilística própria do falante.³

4. Equivalência semântica

A definição de variantes como duas ou mais formas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto é facilmente aplicável no nível da fonologia, em que o conjunto de elementos é relativamente definido, limitado e previsível. Nos níveis gramaticais mais altos, as escolhas gramaticais são influenciadas por fatores morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Mas isso não significa que não se possa lidar com a noção de variáveis, variantes e variação (só fica um pouquinho mais complicado!).

Nos anos 1980, as decorrências da definição de variantes aplicadas para além da fonologia foram discutidas por Labov e Lavandera, em uma série de textos. Lavandera (1978) questiona a regra variável de Weiner e Labov (1983), em que a passiva sem agente (*the closet was broken into*) e a ativa com sujeito genérico (*they broke into the closet*) poderiam ser consideradas variantes sintáticas no AAEE. Lavandera (1978) sugere que a condição de **mesmo significado** seja ampliada para o que chama de **comparabilidade funcional**, em que as estruturas, apesar de terem a mesma função comunicativa, não têm necessariamente o mesmo significado. Labov (1978) reafirma o princípio da equivalência semântica: dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade. A função referencial predomina na identificação das variantes.

Porém, em fenômenos como a alternância entre *nós* e *a gente* na expressão pronominal de primeira pessoa do plural, a ordem de estruturas causais (causa-consequência/consequência-causa), e a regência do verbo *ir*, de acordo com Naro e Scherre (2006, p. 242), “há distinção semântica parcialmente significativa entre formas alternativas. Assim, do ponto de vista da sociolinguística laboviana, não estamos lidando com casos de variação clássica, nos quais se pressupõe equivalência semântica das formas variantes em todos os contextos.”. Funcionam como equivalentes, mas não são variantes. Como solucionar a questão?

Na interface funcionalista, tem sido considerada a definição de Nichols (1984) para o termo **função/significado**,⁴ expandindo a definição de variantes de Labov (1978), de ‘mesmo significado’ para ‘mesma função’, remetendo ao papel discursivo das variáveis. Não são formas que desempenham funções ou codificam significados, mas é a função/significado das formas que é apreendida do contexto (GORSKI *et al.*,

2003, p. 120). Esta é uma tendência bastante produtiva e promissora na sociolinguística brasileira. Ao analisar os resultados obtidos pelos estudos do PEUL, Paiva e Scherre, discutindo o alargamento dos domínios da variação, afirmam que

A incorporação de aspectos discursivos e de processamento na análise variacionista, que alinha o grupo a paradigmas funcionalistas de estudo da linguagem, constitui uma tentativa de transpor o plano descritivo da variação, buscando a razão de ser da coexistência de duas ou mais formas de dizer a mesma coisa. Esse avanço se torna possível porque o grupo trabalha com uma noção estrita de significado, requerendo, na caracterização das variantes, apenas a equivalência de significado referencial. Outros tipos de significado, e mesmo nuances de significado referencial, são tomados como variáveis independentes. (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 210)

A noção de **mesmo significado** é estendida para **mesma função**. Os matizes semânticos que caracterizam as formas são controlados como uma variável independente, com a premissa de que não são relevantes para o falante/ouvinte naquele contexto. A evidência para este procedimento são os casos de ambiguidade, como o apresentado por Mendes (2005). No domínio da expressão do aspecto verbal, as perífrases **estar + gerúndio** e **ter + participio** podem ser consideradas variantes de uma variável, quando se referem ao tempo presente e aspectos **durativo** e **iterativo** (tipos de aspecto imperfectivo), como nos casos (6)-(9) a seguir (MENDES, 2005, p. 30).

- (5) João **tem trabalhado** pela modernização da área. (durativo)
- (6) João **está trabalhando** pela modernização da área. (durativo)
- (7) João **tem viajado** de carro. (iterativo)
- (8) João **está viajando** de carro (iterativo)

O aspecto durativo é caracterizado pela propriedade de expressar uma situação como contínua, com duração, dentro do intervalo da estrutura temporal. Já o aspecto iterativo, pela propriedade de expressar a repetição/intermitência de situação dentro do intervalo da estrutura temporal. Porém, existem contextos em que não é possível verificar a oposição continuidade/intermitência, ou não é relevante no tópico comunicativo distinguir o valor aspectual, gerando casos de ambiguidade, como o apresentado por Mendes (2005, p. 43), em (10).

(9) Atualmente pensa-se em quantidade... abre-se faculdades à vontade mas um outro campo também que eu vejo aí e que esta que seria mais um campo dos administradores e economistas... estão sendo invadidos e são pelos engenheiros. (D2 SP 62)

Em (10), a idéia de iteratividade da invasão é difusa ao ponto de se aproximar da continuidade, tanto que a presença de um adjunto adverbial iterativo não parece adequada (*é um campo que está sendo repetidas vezes invadido pelos engenheiros*). Ou seja, a especificidade do aspecto imperfectivo expresso nesta situação não parece ser relevante nem para o falante, nem para o ouvinte; trata-se de um caso ambíguo. Assumindo as premissas do paradigma funcional da gramaticalização, a ambiguidade é uma consequência de um processo de mudança, estado em que os usos não se encaixam nas categorias prototípicas. O caso de (10) não é prototipicamente iterativo, nem prototipicamente continuativo, é um híbrido das categorias – já que a linha demarcatória das fronteiras não é clara nem precisa – cujo valor não parece ser relevante, neste contexto. Prototipicamente, as formas *estar* + gerúndio e *ter* + participípio podem ser consideradas como associadas à expressão dos aspectos *iterativo* e *continuativo* do imperfectivo. Existe, e é reconhecido, esse matiz semântico. Porém, no contexto de uso, a distinção entre os valores aspectuais do imperfectivo perde a relevância, que é atestada pela existência de casos ambíguos, como (10). Os matices aspectuais são controlados como um grupo de fatores nas variáveis independentes. Os resultados estatísticos de Mendes (2005, p. 123-24) apontam que, prototipicamente, a forma *ter* + **participípio** está associada à expressão do aspecto iterativo, enquanto *estar* + **gerúndio** está associada à expressão de aspecto continuativo. Porém, ao cruzar os dados da categoria aspectual com a faixa etária dos informantes analisados, o autor constata que a polarização prototípica se verifica nas faixas etárias mais elevadas, enquanto o uso das faixas etárias mais jovens é predominantemente ambíguo.

A variável linguística para além da fonologia pode ser definida em termos de forma e de função. No primeiro caso, formas são o ponto de partida a partir do qual são investigadas as suas funções. Por exemplo, quais as funções que a forma IMP pode desempenhar no português? A expressão do passado imperfectivo é *uma* delas, juntamente com o IMP de cortesia, o IMP com valor de futuro do pretérito, hipocoristo, situação de faz-de-conta (TRAVAGLIA, 1987). E, no segundo caso, o

ponto de partida são **funções comunicativas**: quais são as potenciais formas de que um falante pode se valer para realizar determinada função comunicativa? Como os falantes utilizam-nas na interação (recurso estilístico)? A função de expressar passado imperfectivo no português pode ser atribuída a (pelo menos) duas formas: IMP e PPROG.

O mapeamento das potenciais formas para realizar determinada função comunicativa é o primeiro passo nos estudos de variação nos níveis gramaticais mais altos. O segundo passo é a análise dos contextos de ocorrência, em geral, muito específicos.

5. Interface teórica

No nível fonológico, a variação pode ser explorada em termos ‘sócio’, por relações de preconceito e estigma.⁵ Mais um problema que se interpõe à análise de variação nos níveis gramaticais mais altos é a necessidade de um suporte teórico auxiliar. Nem sempre novos usos atraem a atenção prescritivista, atribuindo o rótulo de “certo e errado” às formas e construções pertencentes aos níveis gramaticais mais altos. E também é preciso pensar em formas que co-ocorrem estavelmente há algum tempo. Na expressão de **passado imperfectivo**, qual a forma inovadora? Ou qual forma é estigmatizada? Na impossibilidade de uma explicação estritamente variacionista, é preciso buscar um paradigma teórico que dê pistas de como interpretar os achados quantitativos e que também possibilite uma análise qualitativa integrada. Alguns fenômenos são mais bem explicados com um dado modelo teórico do que com outro. Fenômenos contínuos podem ser mais adequadamente explicados por modelos funcionais, que pressupõem o processo de variação como a sobreposição de funções em um contínuo de mudança. Fenômenos discretos podem ser mais adequadamente explicados por modelos formais, que pressupõem a substituição e a competição entre estruturas.

A variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo no português, apesar de ser aparentemente um fenômeno discreto – na medida em que duas formas competem pelo desempenho da mesma função –, não pode ser explicada por uma abordagem que considere apenas o nível da estrutura gramatical. Categorias verbais costumam ser associadas à codificação de tempo, aspecto e modalidade, conhecimentos que são relacionados com a experiência do indivíduo (BYBEE, PERKINGS; PAGLIUCA, 1994; GIVÓN, 1995; 2001; 2002).

A dimensão do tempo (o que é presente, passado, futuro; o que é remoto e o que é recente), do aspecto (acabado, inacabado, andamento, pontualidade) e modalidade (juízos de valor sobre epistemicidade e deonticidade) é construída com base nas experiências do falante. As categorias verbais não são apenas informações gramaticais, mas refletem como a gramática codifica informações que são sensíveis ao contexto e principalmente ao modo como o falante absorve, armazena e codifica as experiências. O modelo funcional de Givón (2001, 2002) parece ser o mais adequado para lidar com as influências semântico-discursivas que podem estar envolvidas em fenômenos de variação em domínios funcionais complexos, como é o domínio tempo-aspecto-modalidade (TAM).

Porém, outras interfaces teóricas são possíveis. Ainda na linha funcional, há a interface entre a abordagem variacionista e a abordagem da gramaticalização focalizando as relações entre funções e formas, decorrentes de pressões linguísticas e sociais, com destaque para a história e a coexistência de diferentes formas, situação de estratificação/variação (HOPPER, 1991). Esta interface tem sido denominada de sociofuncionalismo (TAVARES, 2003; NARO; BRAGA, 2001).⁶ Resumidamente, na abordagem sociofuncionalista, as funções gramaticais são determinadas pelo uso. A gramática é emergente, sujeita a constantes mudanças decorrentes do uso dos falantes.⁷ E a existência de estágios de gramaticalização pressupõe que a estratificação/variação decorra do percurso de gramaticalização. A variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo parece ser fortemente influenciada pela gramaticalização de PPROG no domínio aspectual; os efeitos da persistência (HOPPER, 1991) podem indicar uma relação de distribuição complementar entre as formas e os contextos de uso. A abordagem da gramaticalização, convergente com o modelo funcional de GIVÓN (2001, 2002), também é considerada como perspectiva de interface com os resultados variacionistas.

A interface com a perspectiva formal também abre caminhos para a interpretação dos resultados variacionistas, como a hipótese das *gramáticas em competição* (KROCH, 2001), ou a *variação paramétrica* (TARALLO; KATO, 1989, RAMOS, 1999).

Existe ainda uma outra possibilidade, a abordagem evolutiva, com a confluência do modelo biolinguístico, nos termos de Givón (2002), com o modelo sociolinguístico, a qual discuti em Freitag (2009).

Independentemente da perspectiva adotada, a interface teórica é necessária para que o estudo variacionista não se limite à simples contagem de ocorrências.

6. Considerações finais

A variação na expressão do passado imperfeito é um fenômeno semântico-discursivo cujas motivações pretendem ser buscadas no nível lexical, morfossintático e discursivo. O estudo da variação nos níveis gramaticais mais altos se depara com problemas relacionados à frequência, equivalência semântica e necessidade de interface teórica. Embora muito já se tenha discutido acerca da possibilidade de variação nos níveis gramaticais mais altos, e embora muitos estudos já tenham sido realizados dessa perspectiva, a discussão mostra-se ainda atual, uma vez que nem sempre há consenso em se delimitar o escopo da variação para além da fonologia.

Recebido em 03/03/09

Aprovado em 27/03/09

ABSTRACT

In this text, a discussion of theoretical-methodological problems concerning linguistic variation in higher grammatical levels is introduced and considerations are made about the implications deriving from the enlargement of the scope of analysis of variation beyond phonology.

KEY WORDS: sociolinguistics – levels of analysis – semantic equivalence – theoretical interface

REFERÊNCIAS

- BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- BERLINCK, R. de A. *A ordem VS no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BIBER, D. Using register-diversified corpora for general language studies. *Computational linguistics*, vol. 19, n. 2, 1993, p. 243-258.
- BUCHSTALLER, I. Diagnostics of age graded linguistic behavior: the case of the quotative system. *Journal of Sociolinguistics*, vol. 10, n.1, 2006, p. 3-30.
- BYBEE, J. & HOPPER, P. (eds.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.
- _____. ; PERKINGS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CHESHIRE, J.; KERSWILL, P.; WILLIAMS, A. On the non-convergence of phonology, grammar and discourse. In: AUER, P.; KERSWILL, P. & HINSKENS, F (eds.). *Dialect change: convergence and divergence in European languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 135-167.
- COAN, M. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- COSTA, A. L. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- FREITAG, R. M. K. *A expressão do passado imperfeito no português: variação/gramaticalização e mudança*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- _____. O papel da frequência de uso na gramaticalização de acho (que) e parece (que) marcadores de dúvida na fala de Florianópolis. *Veredas*, v.7, p.113 - 132, 2003.
- GIVÓN, T. *Bio-linguistics – the Santa Barbara lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.
- _____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GORSKI, E.; FREITAG, R. M. K. Marcação e comportamento sociolinguístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 28-50.

_____. et alii. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 106-122.

_____. TAVARES, M. A.; FREITAG, R. M. K. Restrições de natureza cognitivo-comunicativa: marcação vs. expressividade retórica em fenômenos variáveis. In: RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 101-117.

HOPPER, P. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*, n. 13. 1987. p. 139-157.

_____. On some principles in grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 17-35

KARAM, L. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M. & COLLINS, C. (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 699-729.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-41.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Sociolinguistics working paper*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, n. 44, 1978. p. 43-88

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language Society*, n. 7, 1978. p. 171-182.

MACAULAY, R. Discourse variation. In: CHAMBERS, J. K., TRUDGILL, P. & SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language, variation and change*. Oxford: Blackwell, 2005, p.283-305.

MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*.

Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. *Estar + gerúndio e ter + participio: aspecto verbal e variação no português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em estudos da linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MILROY, L. & GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.

NARO, A. J. & BRAGA, M. L. A interface sociolinguística / gramaticalização. *Gragoatá*, Niterói, n.9, p.125-134, 2001.

_____. SCHERRE, M. M. P. Variação linguística, expressividade e tradição gramatical. In: GORSKI, E. e COELHO, I. L. (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006. p. 235-266.

_____. VOTRE, S. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, vol. 5, n. 2, 1989, p. 169-184.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, vol. 13, 1984. p. 97-117.

PAIVA, M. da C. & SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *DELTA*, vol. 15, n.º especial, 1999, p. 201-232.

ROMAINE, S. On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. *Sociolinguistics working papers*, n. 82. Austin, Texas, 1981.

ROST, C. A. *Olha e veja: multifuncionalidade e variação*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no Português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 12, p. 61-98, 1987.

VALLE, C. *Sabe? ~ não tem? ~ entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

WEINER, J; & LABOV, W. Constrains on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, 1983. n. 19. p. 29-58

NOTAS

¹ A variação estilística parte do pressuposto de que os falantes variam seu modo de falar conforme a situação em que se encontram: o interlocutor (faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, tipo de relação sociopessoal com o falante), o lugar (mais ou menos formal, no trabalho, no bar, na família) e o tópico temático (ciência, política, fofoca) exercem pressões sobre a escolha da variante de um fenômeno linguístico, de modo tal que a heterogeneidade linguística passa a ser tratada de modo sistemático e previsível.

² Entretanto, é o primeiro critério de análise da linguística de corpus, que lida diretamente com frequências, e o critério de medida da amostra é o tamanho em extensão de palavras. Berber Sardinha (2004) propõe uma tabela de classificação de corpora em função do número de palavras: um corpus com menos de 80 mil palavras é considerado pequeno; entre 80-250 mil palavras, pequeno-médio; entre 250 mil a 1 milhão, médio; entre 1-10 milhões, grande; e com mais de 10 milhões, um corpus pode ser considerado muito grande. Biber (1993) sugere um cálculo para medir a frequência de elementos em corpora diversificados, comparando a razão de recorrência do elemento em função do número total de palavras do corpus. Já o corpus da sociolinguística é “medido” em função da representatividade.

³ Apesar de não estar diretamente relacionado com a variação entre IMP e PPROG, o princípio da contabilidade (accountability) precisa ser considerado na análise de fenômenos variáveis nos níveis gramaticais mais altos. De acordo com Labov (1982, p. 30), “todas as ocorrências de uma dada variante são computadas; e quando é possível definir a variável como um conjunto fechado de variantes, são computadas também todas as não-ocorrências da variante em circunstâncias relevantes”. Tavares (1999, p.69) faz reflexões sobre a inviabilidade de aplicação desse princípio à expressão da conexão retroativo-propulsora, com as variantes e, então, aí e daí. Entre outros argumentos, ela aponta: (i) “como diferenciar os i (contextos possíveis de realização que não foram preenchidos) de e dos i de aí, e dos i de então e de daí?”; (ii) “a inclusão do i na análise demandaria o tratamento de um número imenso de dados (os contextos i) difíceis de serem delimitados: como especificar todos os lugares em que poderia ter havido um sequenciador e não houve?”.

⁴ Nichols (1984) discute cinco significados, não-excludentes, para o termo função em linguística, dos quais três são pertinentes ao estudo de categorias verbais: função/fim, função/contexto e função/significado. Função/fim refere-se ao uso da língua para determinada finalidade. Fazer uma pergunta, dar uma

ordem ou informar são funções que podem ser desempenhadas por determinados mecanismos linguísticos, como o uso da entonação, a escolha de certas formas verbais (modo imperativo ou indicativo), por exemplo. Função/contexto refere-se ao uso das estruturas linguísticas como o reflexo do contexto do ato de fala. O contexto do ato de fala pode ser considerado no plano da situação e, neste caso, as categorias funcionais relacionadas à situação indexam os papéis da fala e o estatuto dos participantes: o uso de formas verbais de polidez reflete as relações sociais existentes entre os participantes. O contexto também pode ser considerado no plano textual/discursivo, em que as categorias funcionais indexam a organização discursiva, manifestando-se por meio de estratégias coesivas do texto. A definição função/significado é a mais ampla, abarcando inclusive aspectos de função/fim e função/contexto.

⁵ Isso não significa que no nível fonológico explicações teóricas sejam dispensáveis, mas que, porque neste nível a variação é mais saliente, é mais passível de julgamentos de valor acerca de estatuto social, região, origem étnica; é o caso do apagamento do /r/ em Nova York (LABOV, 1972), por exemplo. Com base na realização de /r/ e de /t/ no português, muitas hipóteses sociais podem ser formuladas sobre o falante, o que subsidia uma análise sociolinguística, nos moldes da análise de Labov sobre o apagamento do /r/ nas lojas de departamento. Salvo raras exceções, nos níveis gramaticais mais altos as explicações estritamente sociais para um fenômeno não são tão salientes como no nível fonológico.

⁶ Embora existam vários estudos já desenvolvidos dentro desta proposta, é em Tavares (2003) que se encontram reflexões mais aprofundadas acerca desta perspectiva de estudo, discutindo os encaixes e desencaixes do acoplamento.

⁷ Para Hopper (1987), a gramática é emergente e por isso as estruturas linguísticas não podem ser aprioristicamente definidas, nem fixas. A estrutura da língua é moldada pelo discurso: assim, quanto mais utilizada uma construção, mais ela tende a se tornar estruturada. Estudos recentes compilados por Bybee e Hopper (2000) ressaltam a importância do papel da frequência de uso na formação da gramática.